

JORNAL DO BRASIL

Comissão Nacional

Entidades movimentam Congresso

Brasília — Do lado de fora do Congresso, uma manifestação de 2 mil e 500 professores reivindicando mais verbas para ensino. Do lado de dentro, um abaixo-assinado contra o pagamento do imposto de renda e a exibição de um video-cassete, como parte de uma campanha pela afastamento do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

A estratégia de alguns grupos organizados da população junto à Constituinte lembra a campanha em favor das diretas já para presidente, em 1984: pressão pessoal sobre os parlamentares, criatividade na escolha das formas de manifestação e muito barulho. É, como já está sendo chamado, o "lobby à brasileira".

Para o deputado Pedro Canelo (PFL-GO), vice-presidente da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte, que assistiu ao lançamento da campanha pelo ensino público e gratuito, esse tipo de ação política "é uma forma mais elegante e democrática de demonstrar os interesses". Outros parlamentares também apoiam a inovação, e ontem, por exemplo, assinaram o abaixo-assinado contra o imposto de renda.

Para o presidente da Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública e Gratuita para Todos, professor Jacques Velloso, o local escolhido para o lançamento da campanha não era uma forma de pressionar os constituintes. "Não fazemos lobby. Escolhemos o salão negro do Congresso, pois achamos que não havia local mais apropriado para reivindicarmos o ensino gratuito", disse ele, enquanto era observado pelos deputados Florestan Fernandes (PT-SP), Otávio Elísio (PMDB-MG), Hermes Zanetti (PMDB-RS) e Atila Lima (PFL-PI).

Do lado de fora do Congresso, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal reuniu 2 mil 500 profissionais para dar respaldo à campanha. Eles foram avisados que não poderiam ultrapassar os gramados e caminhar em direção ao Palácio do Planalto, segundo orientação dada pelo secretário de Segurança, Olavo de Castro. Para garantir que não seria desobedecido, o secretário colocou um batalhão de choque e quatro cães amestrados no estacionamento do Palácio a cerca de 500 metros do Congresso Nacional.

Já a Federação Nacional dos Jornalistas instalou um aparelho de videocassete, no salão nobre da Câmara, para passar repetidamente a cena em que o ministro Antônio Carlos Magalhães agride o repórter da TV Itapoã, Antonio Fraga. O Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) assistiu, a convite do presidente da federação, Armando Rollemberg, ao videotape. "Estou constrangido", disse o senador. Rollemberg distribuiu folhetos e deu entrevistas, explicando detalhes da campanha pela democratização dos meios de comunicação, que tem como alvo a constituinte. "Estamos cobrando uma rigorosa investigação sobre a política de distribuição de canais e frequências de rádio nos últimos anos", declarou Rollemberg.

Nos cafezinhos da Câmara e Senado, a cena era outra. Munidos de emblemas "Diga não ao Leão", lobistas mais discretos passavam o abaixo-assinado, pedindo a adesão dos parlamentares para o não pagamento do imposto de renda. A iniciativa do presidente da Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão, João Ávila, ganhou as adesões dos deputados Gastone Righi (PTB-SP), Hélio Duque (PMDB-PR) e Solon Borges dos Reis (PTB-SP) que não se constrangeram em assinar.

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, também deu sua contribuição à nova estratégia. Na noite de quarta-feira passada, ele fez uma palestra no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, defendendo o fim dos contratos de risco, a pedido da Associação dos Engenheiros da Petrobrás. Os próximos a estrearem no "lobby à brasileira" serão os índios. Dia 14, a coordenação do movimento Povos Indígenas e Constituinte procurarão os parlamentares para entregar um documento-proposta, chefiados pelos chefes Marcos Terena e Ailton Krenak.